A diplomacia dos porta-aviões

*JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO**

O doutor Boutros Boutros-Ghali não é exatamente um radical. Ainda assim, em seu livro recém-lançado *Unvanquished: a U.S.-U.N. Saga* (Nova York, Random House, 1999), o ex-secretário da ONU e antigo ministro de Relações Exteriores do Egito é incisivo ao analisar as políticas contemporâneas dos Estados Unidos da América, cujo governo empenhou-se em atrapalhar a recondução de Ghali ao cargo que ocupava na ONU. Para ele, os Estados Unidos de Clinton impõem ao resto do mundo uma política caótica, incoerente, imprevisível e, em última instância, perigosa. A senhora Madeleine Albright, secretária de Estado, atual campeã do humanitarismo e ex-embaixadora dos Estados Unidos na ONU, é descrita no livro como impulsiva, vingativa, insegura e arrogante. Na visão do diplomata egípcio, os governos americanos atuam nas situações de crise mundial sob o impulso dos interesses imediatos de sua luta partidária doméstica (cujo nível geral é bem conhecido em todo o globo graças a episódios edificantes como o recente "caso Mônica Lewinsky"). Concluindo, ele diz que os Estados Unidos exibem hoje uma agressiva política externa, mas não dispõem de uma diplomacia digna desse nome. No rastro da guerra da Iugoslávia, o livro esgotou várias edições em poucos dias.

The american way

Com efeito, a recente intervenção da Otan nos Bálcãs trouxe ao primeiro plano do debate, pelo menos europeu, precisamente o tema das características atuais da política exterior americana — e o do grau antes inimaginável em que a Europa atual serve como força auxiliar dos desígnios do Departamento

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

de Estado de Clinton. Foi por colocar o dedo nessa ferida, que o artigo de Régis Debray, "L'Europe somnambule" (*Le Monde*, 1/4/99) despertou imenso interesse e provocou tanta polêmica. Reclamando da França que pelo menos ouse mostrar, diante da superpotência, a autonomia tentada pelo general de Gaulle, Debray desafia a Europa a escapar dos ardis de uma "burocracia imperial errática e parcimoniosa, que trata os assuntos periféricos não de forma cotidiana, mas de transmissão em transmissão, no ritmo dos meios de comunicação".

Mas a Europa não é simples vítima do *imbroglio* em que se transformou a questão iugoslava. "Não somos vítimas de uma intoxicação — diz Debray —, colaboramos ativamente, com nossas imagens e palavras, para um empreendimento contraproducente". Nesses termos, ele analisa o ataque à Iugoslávia como um problema de hegemonia "cultural e mental" e ataca os fundamentos da justificativa "humanitária" e "moral" para a intervenção, considerando-a apenas como pretexto que apaga a história e a política, substituindo-as pelas imagens pontuais da televisão associadas à pretensa elevação dos princípios morais. Tal esquema, segundo o intelectual francês, porta nitidamente o selo do "modelo americano de política exterior adotado pela Europa".

Em fórmula que ficou famosa, Debray definiu sinteticamente o modelo americano como a junção de idealismo moral e superioridade técnica, direito e máquinas: "wilsonianismo mais *tomahawk*". Esses os dois mitos motrizes da odisséia americana, que nunca precisou se preocupar com a geografia ou a história, contando desde o início com um destino que dispensava o passado: "Podemos dizer que uma cabeça americanizou-se — diz o artigo — quando substituiu o tempo pelo espaço, a história pela técnica e a política pelo Evangelho". Outro teste seguro seria o grau de adesão ao maniqueísmo: de um lado, o cavaleiro branco — a democracia — e de outro o Doutor No, os bárbaros e os ditadores, os monstros de onde vem todo o mal.

Além de Debray, um número expressivo de intelectuais criticou a guerra com argumentos bem parecidos. De um modo geral, essas manifestações foram ignoradas ou ridicularizadas pela imprensa e não faltaram estigmas a quem quer que ousasse duvidar das santas intenções de Bill Clinton, Madeleine Albright ou seus aliados europeus.[1] Revelou-se aí um tipo novo de intolerância,

1. Um exemplo nativo: com o título "Mentes que brilham e lutam", *Veja* (14/4/99) ridiculariza os "intelectuais que reclamam o título de consciência da Europa" e afirma: "Contra o ataque da Otan colocam-se, em geral, os comunistas, reformados ou não, os antiamericanos irredutíveis e um punhado de vozes desgarradas". No mesmo artigo, a revista distorce as idéias de Debray atribuindo-lhe a afirmação de que séculos de história fizeram a Europa mais sábia que os Estados Unidos. Na verdade, o intelectual francês coloca-se contra a mistificação dos valores absolutos e a-históricos e cita explicitamente a "democracia", "entidade teológica, aérea e impoluta", acrescentando com sarcasmo: "sabem bem os argelinos, vietnamitas e irlandeses". Ver "L'Europe somnambule".

típico do pós-guerra fria, uma espécie de antevisão de uma nova utopia: um mundo onde — a cada intervenção humanitária — só se ouviriam o zunir dos jatos justiceiros, o barulho das bombas inteligentes e as declarações de chefes de Estado, complementadas pelas palestras dos comandantes militares sobre as maravilhas da tecnologia bélica. Nada de ruídos discordantes.

Ainda assim, foi grande a celeuma. Mesmo os intelectuais que aderiram à tese da guerra justa, reservando suas críticas à forma como foi conduzida, enfatizaram características que apontam para a nova forma da guerra americana. Foi o caso de Edgard Morin, que caracterizou a guerra como um desastre, denunciando a protelação européia diante da anunciada crise étnica no Kosovo, previsível desde os acontecimentos de 1992 a 1995 na Bósnia.[2] Para ele, quando as potências acordaram de sua política de avestruz, era tarde demais. O realismo quantitativo dos ataques aéreos ignorou "a realidade que constitui a psicologia de uma nação heróica, fundada em sua consciência histórica de nação mártir". A lógica ocidental marcou-se por uma racionalidade cega, "porque abstrata, quantitativa, mecânica, que seciona e compartimenta todas as realidades complexas, incapaz de contextualizar seus dados e seus problemas, incapaz de compreender as paixões humanas, sobretudo incapaz de compreender as carências de sua própria lógica e de conceber sua própria cegueira".

Por sua vez, na Itália, palco de um intenso debate sobre a guerra, Domenico Losurdo opôs-se vigorosamente à ação e às justificativas da Otan: "Demonizar de modo exclusivo Milosevic significa de um lado fechar os olhos diante da complexidade das contradições nacionais na Iugoslávia, de outro emprestar ouvidos atentos à campanha de desinformação orquestrada por Washington".[3]

A política de superpotência

É para Washington, assim, que proponho voltar nossa atenção.[4] Nesse sentido, um especialista norte-americano na política militar dos Estados Unidos, Michael Klare, lembrou justamente — em artigo publicado em maio passado na edição especial do *Le Monde Diplomatique* dedicada à crise no Bálcãs — algumas modificações cruciais recém-efetuadas na estratégia ianque. Em dezembro de 1998, os ataques americanos contra o Sudão e o Iraque deixaram evidente um

2. "Le désastre", *Le Monde,* 23 abril 1999.

3. "Belgrado come Stalingrado. L'imperalismo USA e lo smembramento della Jugoslavia", artigo a ser publicado no Brasil em *Novos Rumos* (no prelo, quando da redação deste artigo).

4. No entanto, talvez fosse bom lembrar aqui, como o fez Losurdo, os interesses geopolíticos especificamente europeus, como o dos alemães, interessados no fortalecimentos croata em detrimento dos sérvios, no pós-guerra fria.

unilateralismo sem escrúpulos que pela primeira vez dispensou a aprovação da ONU às ações da superpotência, em nítido contraste com o relativo equilíbrio até então existente entre as prioridades multilaterais e as unilaterais, na política externa dos Estados Unidos.[5]

Essa nova característica foi explicitamente ressaltada em janeiro de 1999, no balanço da situação do país que o presidente faz anualmente perante o Congresso americano. Diante dos senadores e deputados dos dois partidos, Bill Clinton anunciou então: "Ao mesmo tempo em que trabalhamos pela paz, também devemos enfrentar as ameaças à segurança da Nação — incluindo crescentes perigos de nações fora-da-lei e terroristas. Defenderemos nossa segurança onde quer que ela esteja ameaçada".

Tão importante quanto entender o caráter dessas mudanças é atentar para suas motivações. Aqui também, confirma-se um dos argumentos de Debray, de resto já exaustivamente apontado pelos estudiosos da guerra fria: a política externa americana responde diretamente à disputa partidária interna. No caso em tela, o processo mais alarmante é a convergência de republicanos e democratas. Para Klare, o fracasso da tentativa republicana de conseguir o *impeachment* de Clinton — via caso Mônica — desviou o eixo da luta doméstica para a política externa. Tal como na guerra fria, tratava-se de mostrar os músculos nas relações com o mundo: "com sua autoridade comprometida pelo escândalo Monica Lewinsky — afirma Klare — (Clinton) optou por evitar qualquer disputa quanto à segurança nacional. Em vez disso, parece ter-se apropriado de muitas das próprias posições republicanas — por exemplo, sobre o sistema de mísseis de defesa nacional — e esforça-se por se apresentar como o campeão de uma defesa nacional fortalecida". Aqui, talvez seja melhor deixar falar o próprio presidente do Estados Unidos. Num discurso pronunciado em São Francisco, no último 26 de fevereiro, ele explicou:

> É fácil dizer que realmente não temos interesse em quem vive neste ou naquele vale da Bósnia, ou em quem tem um pedaço de mato no Chifre da África, ou lotes de terra árida à beira do rio Jordão. Mas nossos verdadeiros interesses não repousam no tamanho ou na distância desses lugares, ou na dificuldade que temos para pronunciar seus nomes. A pergunta que devemos fazer é: quais são as conseqüências para nossa segurança se deixamos que esses conflitos se deteriorem e se espalhem. Não podemos e, de fato, não devemos, fazer tudo em todo lugar. Mas onde nossos valores e nossos interesse estiverem em jogo, e onde podemos fazer uma diferença, devemos estar preparados para agir.[6]

5. Michael Klare, "U.S. aims to win on all fronts". Baseio-me aqui na versão em inglês, que me foi enviada pelo autor a 26 de maio de 1999.

6. Citado em Klare, artigo acima.

Com base nesse quadro mais geral, podemos passar ao exame de alguns aspectos mais específicos da recente intervenção da Otan na Iugoslávia: suas justificativas, os antecedentes imediatos, as características estratégicas e a herança deixadas pela guerra americana, na forma como ela se travou na Iugoslávia em 1999.

O argumento humanitário

Não foi preciso muito tempo para que o argumento do novo humanitarismo mostrasse sua verdadeira face. No início de setembro, os Estados Unidos agiram de modo totalmente diferente diante do massacre dos habitantes do Timor Leste, apesar dos desesperados apelos dos líderes timorenses. Bastaria este exemplo para mostrar o uso seletivo do argumento da defesa de valores universais humanitários.

Mas fiquemos no caso específico do Kosovo. Em 1995, os Estados Unidos se recusaram a tratar da questão kosovar nas negociações que levaram ao acordo de Dayton sobre a Bósnia e só passaram a considerá-la, do ponto de vista de sua segurança nacional, quando cresceram os riscos de desestabilização regional e de descrédito da Otan.[7] A partir daí, aplicaram a política já conhecida, evitando conscientemente a via diplomática, que traria à cena a ONU e a Rússia, o que restringiria a liberdade de ação americana.

Nas vésperas da guerra, o *Washington Post* afirmava "os interesses em jogo vão bem além da vontade de evitar uma 'crise humanitária'"[8] e citava o subsecretário de Estado, Thomas Pickering, para quem o risco residia no fato de que o "conflito em Kosovo não tem fronteiras naturais". A demografia e a localização distinguiam a área de outros conflitos atuais, ao colocar séria ameaça a importantes aliados militares e econômicos dos Estados Unidos. Assim, o que estaria em jogo era a "credibilidade" da aliança atlântica.

Por outro lado, numa guerra em que um dos principais elementos de propaganda foi a supressão da memória histórica, nas milhares de páginas publicadas na imprensa desapareceu o tema do interesse estratégico dos Estados Unidos em ocupar a região da Europa antes dominada pelos soviéticos. Desde o final da guerra fria, os Estados Unidos acumularam sucesso atrás de sucesso nesse sentido, culminando com a incorporação de ex-países soviéticos à Otan. Evidentemente, uma Sérvia não-alinhada seria um obstáculo aos intentos americanos — e alemães — nesse sentido. Foi

7. Stephen Shalom, "Reflections on Nato and Kosovo", artigo divulgado pela *Zne*t em maio de 1999, com publicação prevista para julho na revista *New Politics.*

8. Barton Gellman,"'Vital interest' for U.S. to contain conflict", edição eletrônica do *Washington Post,* 21 de fevereiro de 1999.

esse o quadro em que a demonização de Milosevic fez-se acompanhar sutilmente da própria vilificação do povo sérvio, esses "bárbaros orientais" incrustados no coração da Europa, como bem lembrou Domenico Losurdo, no artigo já citado. O fato de que é difícil conciliar esta imagem com a retórica da guerra "contra o governo, não contra o povo" — e com a própria evidência de que a população servia tinha se esforçado há pouco por livrar-se de Milosevic — foi mais um detalhe não incluído no samba-de-uma-nota-só da luta da civilização contra a barbárie.

Por sua vez, a evolução das operações militares na (ou sobre a) Iugoslávia demonstrou — até mesmo para os que apoiaram a intervenção sob a justificativa humanitária — que as bombas não são as melhores amigas das boas causas. O mundo inteiro presenciou pela TV que a guerra precipitou e agravou a catástrofe étnica e desencadeou inegavelmente efeitos perversos e conhecidos: provocou a retirada dos observadores estrangeiros, estimulou o racismo dos militares sérvios no Kosovo, fortaleceu a alternativa da expulsão em massa como ação estratégica e, finalmente, incentivou Milosevic a arrasar as forças do ELK e suas bases de apoio antes de se render. Para não falar da suposta "inteligência" dos mísseis computadorizados que disseminaram a morte de civis sérvios e albaneses étnicos.

Enfim, o bombardeio humanitário feriu as normas mais elementares do direito internacional, ao abrir o precedente — antes impedido pelo equilíbrio de forças da guerra fria — de que uma aliança apoiada pelos Estados Unidos possa arrogar-se o direito de atacar outro país ignorando qualquer controle internacional. Como afirmou Domenico Losurdo, "retorna à atualidade o princípio clássico de legitimação da guerra colonial: sinônimo de civilização, o Ocidente tem o direito e o dever de defendê-la em qualquer canto do mundo; um país ou um chefe de Estado ocidental não pode ser colocado num mesmo plano que um país ou um chefe de Estado 'bárbaro'".[9]

O unilateralismo explícito indignou até os mais ponderados observadores. Mikhail Gorbachev afirmou em *La Stampa* (25/3/99): "Chamemos as coisas com seu próprio nome: é uma agressão (...). A operação militar da Otan é uma violação clamorosa do direito internacional. É evidente o propósito da aliança ocidental, liderada pelos Estados Unidos, de afirmar o direito da força, a própria posição monopolista no sistema mundial".[10]

Enfim, a política dos mísseis mostrou, mais uma vez, que ditadores podem encontrar formas de sobreviver aos bombardeios — e quem paga a conta é a população, iraquiana ou iugoslava, ao mesmo tempo em que se

9. Ver "Belgrado come Stalingrado...".

10. *Idem, ibidem.*

suprimem as condições para qualquer oposição interna. Que o digam as crianças mortas graças ao longo embargo americano ao Iraque, efeito colateral pouco mencionado de outra intervenção recente em nome da democracia.

No cômputo final, a guerra humanitária revela-se um direito só dos poderosos — ou alguém pensaria num ataque cirúrgico aos Estados Unidos para mostrar nossa justa discordância com a farsa do julgamento dos policiais que espancaram Rodney King? Ou, o que dá no mesmo, mostra-se um pretexto onipresente para as novas formas de intervencionismo dos Estados Unidos.

A diplomacia de Rambouillet

Outro argumento justificatório afirmou que a guerra tornou-se inevitável devido ao fracasso do esforço diplomático americano em Rambouillet, em janeiro. Voltamos aqui à questão da peculiar diplomacia americana e à subordinação da Europa aos parâmetros da política externa norte-americana. Comecemos pelas negociações do início de fevereiro, que começaram em Rambouillet e terminaram em Paris. É difícil não perceber que a agenda, o tom, o ritmo e a iniciativa nas conversações atenderam aos objetivos e ao estilo John Wayne do *establishment* de segurança nacional dos Estados Unidos.[11]

Consideremos em primeiro lugar a questão da agenda. Como destacou Paul-Marie de La Gorce, em artigo no *Le Monde Diplomatique,*[12] sem esperar que as duas principais facções albanesas se encontrassem para eventualmente chegar a um acordo, Richard Holbrooke (o ex-secretário de Estado adjunto e mediador do presidente Clinton na ex-Iugoslávia) encarregou seu assistente Roger Hill, no final de 1998, de elaborar um projeto de acordo político.[13] Este incluía três pontos: 1) não haveria alteração nas fronteiras da Iugoslávia, a fim de não abrir um precedente arriscado nos Bálcãs; 2) seria concedido ao Kosovo uma "autonomia substancial" que lhe daria, na prática, todas as atribuições internas de um Estado; 3) a província seria ocupada por forças da Otan, que atuariam como fiadoras dos acordos. Segundo La Gorce, "não resta nenhuma dúvida sobre o fato de que os negociadores de Rambouillet retomaram, na verdade, o projeto americano concebido e redigido por Hill".

11. Vale lembrar que se reuniram então quatro delegados do ELK, dois dirigentes do grupo moderado (Liga Democrática do Kosovo), inclusive Ibrahim Rugova e representantes do governo iugoslavo, chefiados pelo presidente da Sérvia, Milan Milutinovic.

12. "Histoire sécrete des négociations de Rambouillet", maio 1999, dossiê "Guerre des Balkans", p. 4-5.

13. Nas vésperas da guerra, Holbrooke tinha claras instruções de Albright para que não negociasse com Milosevic. Ver Jane Perlez (*New York Times Service),* "Battle of diplomats: Albright vs. Holbrooke", edição eletrônica do *International Herald Tribune*, 28 de agosto de 1999).

Quanto ao tom e ao estilo das negociações de Rambouillet-Paris, também não pairam dúvidas de que o estilo de política externa que vigorou no encontro foi a "diplomacia do ultimato" da delegação americana. Com efeito, uma fórmula básica parece resumir a mensagem dos Estados Unidos aos participantes daquele evento: "Se a Albânia assina, a Iugoslávia deve assinar, ou a Otan bombardeia".[14] Referindo-se a essa forma *sui generis* de "negociação", La Gorce afirmou: "Desde o início, a (diplomacia americana) contou com a aceitação da parte albanesa e, ao contrário, uma recusa de Belgrado, o que justificaria o lançamento de um ultimato a Milosevic e, nesse caso, o desencadeamento dos bombardeios sobre a Iugoslávia".[15] A seqüência dos acontecimentos era previsível: a ameaça de força exigia o uso da força, que se transformou na montanha-russa de crescentes custos e riscos de segurança. O filme a que nos referimos aqui vocês já viram: a seqüência de empregos crescentes de todo o arsenal *high tech* dos Estados Unidos, para deslumbramento dos especialistas em armamentos, com suas conseqüências em vidas humanas e o cortejo de erros ou "erros" que espantou o mundo. Nesse quadro, paradoxalmente, só Milosevic parecia capaz de estabelecer quando o espetáculo deveria terminar.[16]

Não bastassem as evidências acima, restaria mencionar o papel desempenhado pessoalmente em Rambouillet pela secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, que assumiu sem sutilezas a chefia da conferência, deixando para segundo plano os diplomatas europeus até então atuantes.[17] Sua performance foi complementada por contatos diretos de diplomatas americanos com membros do ELK, na Albânia e em Washington. Ao final, a hegemonia diplomática americana exprimiu-se nos quatro pontos do documento que apenas os representantes kosovares assinaram em Paris.[18] A representação russa deixou claro seu desacordo com o documento. O motivo foi o mesmo que serviu de argumento aos delegados iugoslavos para não

14. Ver Robin Remington e Francine Friedman, "Mission creep in the Balkans: civil-military relations", apresentado no Encontro Trienal do Comitê de Pesquisa sobre Forças Armadas e Sociedade da International Political Science Association, Sde Boker, Israel, 13-16 de julho de 1999, apêndice A, "Cronologia".

15. Ver La Gorce, "Histoire sécrete...".

16. *Idem,* p. 20.

17. O Grupo de contato reunia, além dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália e Rússia.

18. A saber: 1) eleições em Kosovo o mais rápido possível; 2) o desarmamento das milícias não incluiria as armas particulares; 3) a presença das tropas da Otan garantiria qualquer recuo no estatuto provisório ou definitivo do Kosovo, por parte da Iugoslávia; 4) ao término da transição de três anos, a independência do Kosovo seria examinada, tendo em vista a situação regional e internacional. Ver "Histoire secrète...".

assinarem o acordo: a nítida caução militar, expressa na presença das tropas da Otan, organização instituída inclusive do papel de árbitro em caso de divergências entre as partes, além de supervisora do funcionamento da polícia e da justiça. Na medida em que o texto final previa que o estatuto de Kosovo prevaleceria sobre todas as disposições constitucionais ou legislativas da Federação iugoslava, parece pertinente a pergunta de Paul-Marie de La Gorce: "Como imaginar que os dirigentes iugoslavos dessem sua concordância a um arranjo que, na sua avaliação, transformava o Kosovo num protetorado da organização militar atlântica?".[19]

Um ponto adicional a ressaltar é que justamente numa ocasião em que a mídia se esforçou por apresentar a guerra como um choque do bem contra o mal, pouco se falou da insólita aliança entre os Estados Unidos e o Exército de Libertação do Kosovo, uma organização com pendores mafiosos, definida por um funcionário americano como um misto de jovens idealistas e bandidos.[20] Na realidade, o ELK tem-se marcado pela intolerância étnica, ataques indiscriminados a civis e ideologia mais do que confusa.[21] De qualquer ponto de vista, suas ações não são nada exemplares. Ainda assim, pouca coisa se viu na imprensa e na televisão sobre o caráter real do mais recente amigo dos americanos. Aqui parece valer o ditado, "diz-me com que andas...", de resto amplamente ilustrado, pelas alianças dos Estados Unidos com os mais espúrios grupos na América Latina, ontem e hoje. Uma lista desses parceiros faria rir qualquer observador imparcial do suposto humanitarismo americano.

O ataque à Sérvia

Independente da participação dos outros países da Otan, em amplas partes do mundo a guerra nos Bálcãs foi vista como uma ação norte-americana.[22] Como bem lembrou Michael Klare, "o momento dos ataques, os objetivos estratégicos da campanha e o emprego cotidiano de aeronaves e mísseis foram todos determinados por Clinton e seus altos oficiais". Duas analistas americanas confirmam este aspecto. Para elas, com base no material já disponível, é possível defender que "os Estados Unidos

19. *Idem, ibidem.*

20. Domenico Losurdo, artigo citado.

21. Shalom, texto citado.

22. O escritor Norman Mailer — também favorável a uma invasão terrestre — ressaltou: "Dificilmente pensamos na aversão aos Estados Unidos que estamos semeando em todas as populações pobres do mundo". Ver "Milosevic e Clinton", *O Estado de S. Paulo,* 31 de maio de 1999. Por sua vez, matéria do jornal *Boston Globe* republicada no Brasil afirmava no título: "Leste Europeu vê Clinton como 'novo Hitler", *O Estado de S. Paulo*, 7 de julho de 1999.

selecionaram todos os alvos, com exceção de um". Coube, além disso à CIA a inteligência que mapeou e escolheu os alvos, com os erros ou "erros" conhecidos.[23] Por fim, não faltaram evidências da avassaladora preponderância da máquina de guerra americana nos ataques contra a Sérvia. Aqui basta mencionar que dos mil aviões usados para bombardear Milosevic, 700 eram americanos.[24] A Europa, nesse sentido, pode um dia se arrepender dessa incrível oportunidade que deu aos Estados Unidos de utilizar, testar e aperfeiçoar seus armamentos mais sofisticados.

Por outro lado, o principal pressuposto estratégico da guerra, hoje sabidamente equivocado — o de que um punhado de bombas despejadas do ar levaria à rápida rendição dos sérvios — inseriu-se bem no estilo da guerra americana. Daí as bravatas dos chefes militares, como o general americano Wesley Clark, comandante da Otan, para quem a força aliada deveria "sistemática e progressivamente atacar, desbaratar, devastar e finalmente — a menos que o presidente Milosevic atenda as exigências da comunidade internacional — (...) destruir suas forças".[25]

O estilo da declaração emocionaria Rambo. Mas, como se sabe, as coisas não se passaram exatamente assim. Especialistas na política balcânica atribuem esse erro de avaliação ao já citado menosprezo americano pela história e mais especificamente às lições equivocadas extraídas da experiência anterior na Bósnia. Nesse sentido, os estrategistas dos Estados Unidos foram capazes de convencer os outros 17 Estados da Otan de que a ação de 1999 repetiria a dinâmica dos ataques aéreos de 1995, quando 15 dias de bombardeios bastaram para expulsar os sérvios-bósnios de Sarajevo e conduzir Milosevic à mesa de negociações.[26]

Também aqui, o desprezo pelas diferenças históricas levou a Otan a ignorar contrastes gritantes entre a situação da Bósnia e a de Kosovo. Entre eles, podemos enumerar: 1) as tropas muçulmanas bósnias e as tropas croatas presentes no território bósnio eram muito mais importantes que os contingentes do Exército de Libertação no Kosovo; 2) Milosevic, por mais bandido e ditador,[27] foi capaz de reunir mais apoio político doméstico que o previsto

23. Remington e Friedman, artigo citado.

24. Ver a matéria do *Los Angeles Times,* "Ação mostra quanto a Europa depende dos Estados Unidos", republicada em *O Estado de S. Paulo,* 21 de abril de 1999.

25. "Nato launches 2nd wave of airstrikes", edição eletrônica do *Washington Post*, 25 de março de 1999.

26. Uma minuciosa comparação entre as duas intervenções pode ser encontrada no texto de Remington e Friedman.

27. O leitor deve ter percebido a esta altura que não creio que seja necessário — nem correto ou verdadeiro, de resto — inocentar Milosevic para analisar o caráter da política americana.

(pelo menos enquanto durou a guerra, como mostram os protestos da oposição que se desenrolam na Sérvia no momento em que escrevemos este artigo); 3) o mesmo Milosevic parece ter concluído da experiência anterior, que o conduziu dos campos de batalha aos acordos de Dayton, que ao fazer o papel de pacificador ajudava a oposição interna. Assim melhor seria fazer-se de vilão, para o que, convenhamos, possui talento e *physique du rôle*; 4) por fim, houve uma nítida subestimação da importância incomparavelmente maior do Kosovo para a identidade servia.[28]

A herança de 1999

Passando a nosso último tópico, os sinais recentemente emitidos dos centros decisórios dos Estados Unidos parecem indicar que a guerra da Iugoslávia foi apenas mais um episódio de um processo destinado a penetrar decididamente no século XXI. Refiro-me ao apetite militarista norte-americano e sua dificuldade para se livrar das concepções da guerra fria, numa espécie de bipolarismo a qualquer custo, que cada vez mais se define na fórmula "Estados Unidos *versus* qualquer ameaça possível à segurança nacional da superpotência".

Nesse quadro, convém lembrar aqui que, logo após o pronunciamento do "State of the Union" já citado, o presidente Clinton anunciou três decisões cruciais: 1) propôs ao Congresso o aumento em US$ 12 bilhões nos gastos em defesa para os próximos seis anos; 2) retomou o projeto criado por Reagan — e até aqui rejeitado pelo governante democrata — do sistema de mísseis de defesa nacional, o que na prática poderá implicar no abandono pelos Estados Unidos do Tratado dos Mísseis Antibalísticos, assinado com a União Soviética em 1972; 3) por último, suspendeu a venda do satélite de comunicação em negociação com a China.[29]

Como apontou Michael Klare, Clinton alterou, assim, em pouco tempo aspectos fundamentais das relações dos Estados Unidos com a China e a Rússia. Explicando melhor, os russos dificilmente aceitarão passivos as alterações no sistema vigente de controles de armamentos, que poderá levar à suspensão dos cruciais Start-1 e Start-2 (este ainda não aprovado pela Duma). Já os chineses certamente registraram o abandono da política anterior dos Estados Unidos de livre exportação de alta tecnologia para a China.

Há, no entanto, um outro aspecto fundamental: os estrategistas dos Estados Unidos reafirmam na nova política uma percepção muito mais pessimista

28. Devo todas essas observações, sem os adjetivos mais fortes, a Remington e Friedman, artigo citado, p. 16.

29. Michael Klare, artigo citado.

sobre a evolução do cenário mundial, em claro contraste com as perspectivas alvissareiras do início da década. Ainda uma vez, é Michael Klare que nos lembra o testemunho de George Tenet, diretor da CIA, ao falar no Congresso sobre o ambiente de segurança internacional, a 2 de fevereiro de 1999: "Nesta última avaliação sobre a segurança do século XX, devo afirmar-lhes que os cidadãos e interesses americanos estão ameaçados em várias arenas e em um amplo espectro de questões". Essas ameaças viriam tanto dos riscos tradicionais, como os conflitos regionais e o terrorismo, como de novos perigos, principalmente, "a crescente disponibilidade de tecnologia sofisticada e a facilidade e rapidez com que pode ser utilizada pelos elementos hostis aos Estados Unidos".

Se, por um lado, essa percepção tende a aumentar as preocupações americanas quanto às ações de outras potências, como a China e a Rússia, por outro, ela inclina os Estados Unidos a confiar mais em sua própria capacidade militar que nas organizações internacionais, para proteger seus interesses ultramarinos. Os reflexos de tal mudança já estão visíveis na própria doutrina militar americana, que aponta cada vez mais para a guerra unilateral e não de coalizão, funda-se na capacidade exclusiva americana de projetar poder e explica os novos gastos em armas e sistemas de vigilância. Em resumo, a agenda estratégica de Clinton parece ter evoluído para uma característica inédita, em sua ambição e conseqüências: os Estados Unidos definem, pela primeira vez em sua história, que seus interesses devem ser defendidos em qualquer parte do globo em que se vejam ameaçados.

Por sua vez, não passou desapercebido aos analistas — especialmente no caso das atitudes com relação à China — a aproximação entre democratas e republicanos no campo das propostas para a segurança nacional. Outras evidências recentes confirmam esta hipótese. Uma delas é a retomada das propostas do Pentágono no sentido de garantir a corrida tecnológica armamentista, apostando no desenvolvimento de armas voltadas para batalhas convencionais, com altíssimos custos. O projeto símbolo dessa tendência, no segundo semestre de 1999 é o do caça F-22, da Força Aérea. Como afirmou o *Washington Post*: "o Pentágono ainda se concentra em algumas armas-chave em grande número, particularmente no tipo de sistemas — jatos supersônicos, grandes navios de guerra, armas para unidades terrestres — que evoluíram durante o confronto de 40 anos com a União Soviética".[30]

Evidentemente, essa pressão constante — e agora provavelmente bem-sucedida — por novos armamentos tende a provocar reações — seja nos planos de guerra, seja na construção efetiva de arsenais — nos países que se

30. Bradley Graham, "Cold War mentality/pressing technology's outer limits", edição eletrônica do *International Herald Tribune*, 26 de agosto de 1999.

sentirem ameaçados pela atitude e pelo poder militar ianques. E aqui a lista é imensa, dos *rogue states* às potências mundiais restantes (como a China e a Rússia), chegando até o Brasil (cujas Forças Armadas estão nitidamente preocupadas com a vulnerabilidade da Amazônia).[31] Certamente, o ataque à embaixada da China em Belgrado não deve ter ajudado muito a compreensão mundial.[32] Quanto à América Latina, no último dia 29 de junho, o porta-voz do Pentágono encarregou-se de esclarecer que os Estados Unidos, depois de completar a retirada de suas forças do Panamá até o fim de 1999, manterão uma "forte presença" na região.[33] O pretexto para a manutenção do panóptico militar americano, como se sabe, é atualmente a questão do narcotráfico.

Enfim, os críticos atuais da política de "defesa" dos Estados Unidos procuram mostrar precisamente que a China e a Rússia tendem, na medida de suas diferentes capacidades, a reagir à política aqui analisada. E que, por outro lado, as potências regionais procurarão se concentrar no desenvolvimento de armas letais ao alcance de suas possibilidades tecnológicas, principalmente armas químicas, biológicas e nucleares táticas. Essas chamadas "novas ameaças" do mundo pós-guerra fria são, assim, alimentadas pela aplicação de uma mentalidade da guerra fria a um mundo sem guerra fria. Típico caso de saudades do inimigo. Ou trágico exemplo de política externa que não pode sobreviver sem espantalhos? De um modo ou de outro, esse parece ser o legado dos *shoguns* norte-americanos para o próximo século.

31. Ver a este respeito o artigo do *Jornal de Brasília* (16/8/99), "Militares apontam Estados Unidos como inimigos do próximo século" e os textos de René Dreifuss, "Challenges and new perspectives: some thoughts on the future of the Brazilian military" e João Roberto Martins Filho e Daniel Zirker, "Nationalism and national security: military perceptions and attitudes in contemporary Brazil", ambos apresentados no Conferência Internacional sobre Nacionalismo e Segurança Nacional do Comitê de Pesquisa sobre Forças Armadas e Sociedade da IPSA, Ben Gurion University, Sde Boker, Israel, 13-16 de julho de 1999.

32. Um ponto interessante para reflexão: a inteligência norte-americana não deveria ter levantado, antes de tudo, os pontos em Belgrado que não poderiam ser atingidos, especialmente as legações estrangeiras?

33. *La Republica*, Lima, 30 de junho de 1999.

FILHO, João Roberto Martins. A diplomacia dos porta-aviões. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.9, 1999, p. 97-109.

Palavras-chave: Estados Unidos; Política militar; Humanitarismo; Guerra Fria.